

Doutrina

Fabiano Buriol e Lorena Pinheiro Costa Lima - Prescrição nas ações coletivas ambientais

1. Introdução. 2. Tutela coletiva. 3. Direito de ação e prescrição da pretensão. 4. Prescrição e ações ambientais. 5. Conclusões.

9

Fabrizio Veiga Costa - Imparcialidade do juízo *x* a consciência do julgador no ato de decidir: um estudo crítico sob a ótica da processualidade democrática

1. Introdução. 2. A dogmática como fundamento da norma jurídica posta e pressuposta frente à liberdade do dedizador no ato de julgar: uma breve revisão da historicidade da atuação do magistrado no ato de julgar. 3. A construção de um modelo de processo autocrático. 4. O processo como instituição constitucionalizada no Estado Democrático de Direito. 5. Releitura crítica do princípio da imparcialidade como corolário da obrigatoriedade de fundamentação das decisões judiciais. 6. Um estudo de caso da Portaria 09/2011 da Comarca de Santo Antônio do Monte. 7. Conclusão.

20

Gilberto Gomes Bruschi - Tempestividade do recurso interposto antes da publicação da decisão recorrida

Introdução. 1. Noções gerais acerca da tempestividade recursal. 2. Tempestividade do recurso interposto antes da publicação da decisão recorrida, o chamado recurso prematuro. 3. Nosso posicionamento.

37

Luiz Roberto Hijo Sampietro - Em torno do inquérito civil: notas e atualidades sobre o instituto

1. Generalidades. 2. Diferenças entre o inquérito civil e o inquérito penal. 3. Peculiaridades do inquérito civil. 4. Cotejo entre o inquérito civil e a demanda cautelar probatória preparatória: o posicionamento de Daniel Amorim Assumpção Neves. 5. Conclusões.

46

Oscar Valente Cardoso - A ação cautelar e a atribuição de efeito suspensivo ao recurso extraordinário: limites e exceções

1. Introdução. 2. Efeitos devolutivo e suspensivo do recurso extraordinário. 3. A atribuição do efeito suspensivo na ação cautelar: limites e exceções. 4. Conclusões.

55

Pedro Miranda de Oliveira - Revisitando a multa do agravo interno

1. Introdução. 2. Natureza da multa. 3. Incidência da multa. 4. Não incidência de multa. 5. Competência para aplicação da multa. 6. Valor da multa. 7. Vedação ao *bis in idem*. 8. Interposição de recurso condicionada ao pagamento da multa. 9. Conclusão.

63

Pedro Roberto Decomain - Os embargos infringentes

1. Introdução. 2. Cabimento. 3. Legitimidade recursal, prazo e respectivo início. 4. Regras de interposição e de processamento; competência. 5. Efeitos. 6. Embargos infringentes e recurso extraordinário ou especial.

83

Raphael Silva Rodrigues - A legitimidade ativa do Ministério Público para ajuizar ação civil pública objetivando a preservação do direito à saúde dos cidadãos hipossuficientes: a luta pela manutenção do regime democrático e dos direitos sociais e individuais indisponíveis

1. Introdução. 2. A dignidade da pessoa humana e seus pontos de conexão com o direito à proteção integral e o acesso à saúde. 3. Tutela constitucional do direito à saúde. 4. A legi-

timidade ativa do Ministério Público em sede de ação civil pública: defesa de direitos individuais homogêneos. 5. Ponderações finais. 101

Ricardo Zamariola Junior - A eficácia liberatória do depósito judicial na execução civil e o julgamento do Recurso Especial nº 1.348.640/RS: a equivocada tese assentada pela Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça para os fins do artigo 543-C do Código de Processo Civil

1. Introdução. 2. Os fundamentos do julgado do STJ. 3. As Súmulas nºs 179 e 271 do STJ. 4. Os precedentes mencionados pelo STJ no julgamento do Recurso Especial nº 1.348.640/RJ. 5. O depósito judicial na execução civil não libera o executado. 6. Considerações finais e conclusão. 111

Wesley Corrêa Carvalho - Especificação de provas: impasses frequentes e importantes considerações

1. Introdução. 2. Da produção de provas: direito ou prerrogativa. 3. Da função da prova. 4. Da especificação de provas. 5. Dos pontos controvertidos da demanda. 6. Conclusão. 127